



Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro de Ciências Jurídicas – CCJ
Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD

PLANO DE ENSINO

I – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA			
Nome	FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DO DIREITO		
Curso	MESTRADO EM DIREITO		
Código	DIR 410101	Carga horária	45 h/a
Ano	2017	Período	3º trimestre
Dias e horários	terças-feiras, das 09:00 às 12:00hs.		
Professora	Dr. ^a Carolina Medeiros Bahia carolmbahia@hotmail.com carolina.bahia@ufsc.br		

II – EMENTA	
Pressupostos e fundamentos da educação contemporânea: as diversas abordagens do processo de ensino-aprendizagem. Ensino do Direito no Brasil: história e legislação. Formação docente. Educação ambiental. Estratégias de ensino e didática. Planejamento de curso e avaliação. Relação professor-aluno.	

III – OBJETIVOS	
Geral	Estudar os fundamentos históricos, legais, epistemológicos, pedagógicos e metodológicos do processo de ensino-aprendizagem que se desenvolve nos Cursos de Direito, possibilitando uma reflexão crítica do modelo existente e a formação de docentes conscientes das possibilidades e dos limites educacionais na área jurídica.
Específicos	<ol style="list-style-type: none">1. Identificar as principais abordagens sobre o processo de ensino-aprendizagem, desenvolvendo concomitantemente as competências de reflexão e análise crítica necessárias no exercício do magistério superior.2. Contextualizar, no âmbito das abordagens pedagógicas, a educação ambiental, apontando as suas especificidades legais e pedagógicas.3. Contextualizar os Cursos de Direito no âmbito da educação superior e identificar suas peculiaridades, construindo um diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem que neles ocorre e de seus limites e possibilidades.4. Identificar a formação e os domínios exigidos do professor no âmbito do sistema educacional, objetivando encontrar elementos para pensar o professor de Direito adequado ao contexto contemporâneo.5. Identificar e estudar instrumentos e estratégias de planejamento, de execução e de avaliação utilizados no processo de ensino-aprendizagem, desenvolvendo concomitantemente as competências e habilidades atinentes à sua adequada utilização.6. Identificar as especificidades e problemas do processo de ensino-aprendizagem universitário, apontando alternativas ao modelo vigente.

IV – CONTEÚDO

1 EDUCAÇÃO E PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

1.1 Principais abordagens sobre o processo de ensino-aprendizagem

1.2 Educação Ambiental

2 EDUCAÇÃO JURÍDICA NA REALIDADE BRASILEIRA

2.1 Aspectos históricos e crises da Educação Jurídica no Brasil

2.2 Diretrizes curriculares e projeto pedagógico dos Cursos de Direito

3 METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

3.1 Professor universitário e processo de ensino-aprendizagem na educação superior: especificidades e legislação

3.2 Planejamento educacional

3.3 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

3.4 Estratégias didáticas e recursos audiovisuais

4 NOVAS POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO JURÍDICA

4.1 Educação Jurídica e Novas Tecnologias e Mídias

4.2 Educação Jurídica e Arte (Literatura, Cinema, Música, Imagens)

4.3 Educação Jurídica e metodologias ativas: Método do Caso e Clínicas Jurídicas

4.4 Educação Jurídica e metodologias ativas: Problematização, ABP e Método EARP

V – FONTES

Bibliografia Básica

Unidade 1 – 1.1	<p>BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. <i>A reprodução</i>. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 21-90.</p> <p>FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia do oprimido</i>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.</p> <p>_____. <i>Pedagogia da autonomia</i>. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.</p> <p>GUIRALDELLI JR., Paulo. A teoria educacional no ocidente: entre modernidade e pós-modernidade. <i>São Paulo em Perspectiva</i>, v. 14, n. 2, abr./jun. 2000, p. 32-36. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9785.pdf</p> <p>MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. <i>Ensino: as abordagens do processo</i>. São Paulo: E.P.U., 1986.</p> <p>POURTOIS, Jean-Pierre; DESMET, Huguette. <i>A educação pós-moderna</i>. São Paulo: Loyola, 1999.</p> <p>SANTOS, Roberto Vatan dos. Abordagens do processo de ensino-aprendizagem. <i>Integração</i>, a. XI, n. 40, p. 19-31, jan./maio 2005. Disponível em: ftp://www.usjt.br/pub/revint/19_40.pdf</p>
Unidade 1 – 1.2	<p>DERANI, Cristiane; RODRIGUES; Horácio Wanderlei. Educação ambiental: o direito, caminho para a consciência ambiental. In: CAÚLA, Bleine Queiroz et al. (org.). <i>Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional</i>. Fortaleza: Premium, 2013. p. 113-145.</p> <p>GALLO, Silvio. <i>Pedagogia libertária</i>. Editora Imaginário. Disponível em https://bibliotecadafilo.files.wordpress.com/2013/11/gallo-pedagogia-libertc3a1ria.pdf</p> <p>MORAES, Maria Cândida. <i>Pensamento eco-sistêmico</i>. Educação, aprendizagem e cidadania no século XXI. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>MORIN, Edgar. <i>Os sete saberes necessários à educação do futuro</i>. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco; 2000.</p> <p>RODRIGUES, Horácio Wanderlei; DERANI, Cristiane (org.). <i>Educação ambiental</i>. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011. Disponível em: http://funjab.ufsc.br/wp/?page_id=1819</p>
Unidade 2 – 2.1	<p>BASTOS, Aurélio Wander. <i>O ensino jurídico no Brasil</i>. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.</p> <p>DANTAS, San Tiago. A educação jurídica e a crise brasileira. In: ENCONTROS da UnB. <i>Ensino jurídico</i>. Brasília, UnB, 1978-9. p. 47-54.</p> <p>FALCÃO, Joaquim de Arruda. O método e a reforma do ensino jurídico. <i>Contra dogmáticas</i>, Santa Cruz do Sul; FISC, ALMED; v. I, n. 2/3, p. 9-20, 1983.</p> <p>FARIA, José Eduardo. <i>A reforma do ensino jurídico</i>. Porto Alegre: S. Fabris, 1987.</p> <p>JUNQUEIRA, Eliane Botelho. <i>Faculdades de Direito ou fábricas de ilusão?</i> Rio de Janeiro: IDES, Letra Capital; 1999.</p> <p>LYRA FILHO, Roberto. <i>O Direito que se ensina errado</i>. Brasília: Centro Acadêmico de Direito da UnB, 1980.</p> <p>RODRIGUES, Horácio Wanderlei. <i>Ensino jurídico: saber e poder</i>. São Paulo: Acadêmica, 1988.</p>

	<p>_____. <i>Ensino Jurídico e Direito Alternativo</i>. São Paulo: Acadêmica, 1993.</p> <p>_____. <i>Pensando o ensino do Direito no século XXI</i>. Florianópolis: Fund. Boiteux, 2005.</p> <p>RODRIGUES, Horácio Wanderlei (org.). <i>Ensino jurídico para que(m)?</i> Florianópolis: Fund. Boiteux, 2000.</p> <p>RODRIGUES, Horácio Wanderlei; ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de (org.). <i>Educação jurídica: temas contemporâneos</i>. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011. Disponível em: http://funjab.ufsc.br/wp/?page_id=1819</p> <p>VENÂNCIO FILHO, Alberto. <i>Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil</i>. São Paulo: Perspectiva, 1982.</p> <p>VILLELA, João Baptista. Ensino do Direito: equívocos e deformações. <i>Educação</i>, Brasília, MEC, v. 3, n. 12, p. 40-8, abr./jun. 1974.</p> <p>WARAT, Luis Alberto; CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. <i>Ensino e saber jurídico</i>. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1977.</p>
Unidade 2 – 2.2	<p>AGUIAR, Roberto A. R. de. <i>Habilidades</i>. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.</p> <p>RODRIGUES, Horácio Wanderlei. <i>Pensando o ensino do Direito no século XXI</i>. Florianópolis: Fund. Boiteux, 2005.</p> <p>_____. A ABEDi e as novas diretrizes curriculares para os Cursos de Direito. <i>Anuário da ABEDi</i>, Florianópolis, Fundação Boiteux, v. 3, n. 3, p. 53-81, 2005.</p> <p>_____. Pensando o projeto pedagógico dos Cursos de Direito. <i>Anuário da ABEDi</i>, Florianópolis, Fundação Boiteux, v. 4, n. 4, p. 269-286, 2006.</p> <p>_____. Prática jurídica e estágio nos cursos de Direito. In: SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; SANCHES, SamyraHaydêe Dal Farra Naspolini; COUTO, Mônica Bonetti (orgs.). <i>Educação jurídica</i>. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 215-227.</p> <p>RODRIGUES, Horácio Wanderlei; MEZZAROBÀ, Orides; MOTTA, Ivan Dias da. <i>Direito, Educação, Ensino e Metodologia Jurídicos</i>. Florianópolis: CONPEDI, Fundação Boiteux, 2013. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/publicacao/unicuritiba/livro.php?qt=137</p>
Unidade 3 – 3.1	<p>CUNHA, Maria Isabel da. <i>O bom professor e sua prática</i>. Campinas: Papyrus, 1996.</p> <p>CUNHA, Paulo Ferreira da. Burocracia científica e pluralismo cultural. <i>Revista Internacional d'Humanitats</i>, CEMOrOc-Feusp / Univ. Autônoma de Barcelona, n. 24, jan-abr 2012, p. 5-16. Disponível em: http://www.hottopos.com/rih24/05-16Pfc.pdf</p> <p>ENRICONE, Délcia (org.). <i>Ser professor</i>. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.</p> <p>GHIRARDI, José Garcez. <i>Observatório do Ensino do Direito: relatório outubro 2013 - Quem é o professor de Direito no Brasil?</i> São Paulo: GV Direito – Núcleo de Metodologia de Ensino, 2013. Disponível em: http://direitogv.fgv.br/sites/direitogv.fgv.br/files/arquivos/anexos/oed_-_relatorio_01_-_quem_e_o_professor_de_direito_no_brasil.pdf</p> <p>MASETTO, Marcos Tarciso. <i>Competência pedagógica do professor universitário</i>. São Paulo: Summus, 2003.</p> <p>PERRENOUD, Philippe. <i>10 novas competências para ensinar</i>. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>_____. <i>A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica</i>. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. (Orgs.). <i>Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito</i>. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>ROCHA, Adriana de Lacerda. <i>O professor reflexivo e o professor de direito: uma pesquisa de caráter etnográfico</i>. Curitiba: CRV, 2012.</p> <p>RODRIGUES, Horácio Wanderlei. O exercício do magistério superior e o direito educacional brasileiro. <i>Sequência</i>, Florianópolis, UFSC, v. 30, n. 58, jul. 2009, p. 35-46. Disponível em: http://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/14874/13606</p>
Unidade 3 – 3.2	<p>BORDENAVE, Juan Díaz & PEREIRA, Adair Martins. <i>Estratégias de ensino-aprendizagem</i>. Petrópolis: Vozes, 1985.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. <i>Didática do ensino superior</i>. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. <i>Didática</i>. São Paulo: Cortez, 1993.</p> <p>RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Planejando atividades de ensino para Cursos de Direito. In: RODRIGUES, Horácio Wanderlei; ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de (org.). <i>Educação jurídica: temas contemporâneos</i>. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012. p. 363-384. Disponível em: http://funjab.ufsc.br/wp/?page_id=1819</p> <p>SANT'ANNA, Flávia Maria et al. <i>Planejamento de ensino e avaliação</i>. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 200-.</p>
Unidade 3 – 3.3	<p>BORDENAVE, Juan Díaz; PEREIRA, Adair Martins. <i>Estratégias de ensino-aprendizagem</i>. Petrópolis: Vozes, 1985.</p> <p>DEMO, Pedro. <i>Mitologias da avaliação: de como ignorar, em vez de enfrentar problemas</i>. Campinas: autores Associados, 1999.</p> <p>ENRICONE, Délcia; GRILLO, Marlene (org). <i>Avaliação: uma discussão em aberto</i>. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. <i>Didática do ensino superior</i>. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. <i>Didática</i>. São Paulo: Cortez, 1993.</p> <p>PERRENOUD, Philippe. <i>Avaliação: da excelência à regulação da aprendizagem – entre duas lógicas</i>. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Avaliação da aprendizagem nos Cursos de Direito: novas e velhas possibilidades. In: RODRIGUES, Horácio Wanderlei; ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de (org.). <i>Educação jurídica</i>. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012. p. 255-278. Disponível em:</p>

	<p>http://funjab.ufsc.br/wp/?page_id=1819</p> <p>SANT'ANNA, Flávia Maria et al. <i>Planejamento de ensino e avaliação</i>. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 200-.</p> <p>SAUL, Ana Maria. <i>Avaliação emancipatória</i>. São Paulo: Cortez, 2006.</p>
Unidade 3 – 3.4	<p>BORDENAVE, Juan Díaz & PEREIRA, Adair Martins. <i>Estratégias de ensino-aprendizagem</i>. Petrópolis: Vozes, 1985.</p> <p>FEFERBAUM, Marina; GHIRARDI, José Garcez (org.). <i>Ensino do direito para um mundo em transformação</i>. São Paulo: GV Direito, 2012. Disponível em: http://direitogv.fgv.br/sites/direitogv.fgv.br/files/arquivos/anexos/ensino_do_direito_para_um_mundo_e_m_transformacao.pdf</p> <p>GIL, Antonio Carlos. <i>Didática do ensino superior</i>. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>GHIRARDI, José Garcez. <i>O instante do encontro: questões fundamentais para o ensino jurídico</i>. São Paulo: GV Direito, 2012. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10303/O%20instante%20do%20encontro.pdf?sequence=1</p> <p>GHIRARDI, José Garcez (org.). <i>Métodos de ensino em direito: conceitos para um debate</i>. São Paulo: Saraiva, Direito GV; 2009.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. <i>Didática</i>. São Paulo: Cortez, 1993.</p> <p>LUCKESI, Cipriano et al. <i>Fazer Universidade: uma proposta metodológica</i>. São Paulo: Cortez, 1991.</p> <p>RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Estratégias didáticas na educação jurídica: alternativas para o processo de ensino-aprendizagem nos cursos de Direito. In: LIMA, Gretha Leite Maia Correia; TEIXEIRA, Zaneir Gonçalves. <i>Ensino jurídico: os desafios da compreensão do Direito</i>. Fortaleza: Faculdade Christus, 2012. p. 323-354.</p> <p>SANT'ANNA, Flávia Maria et al. <i>Planejamento de ensino e avaliação</i>. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 200-.</p> <p>TAGLIAVINI, João Virgílio. <i>Aprender e ensinar direito: para além do direito que se ensina errado</i>. São Carlos: Edição do Autor, 2013. Disponível em: http://www.educardireito.com.br/</p> <p>VEIGA, Ilma P. Alencastro (org.). <i>Técnicas de ensino: por que não?</i> Campinas: Papirus, 1996.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro; CASTANHO, Maria Eugênia L. M. (org.). <i>Pedagogia universitária: a aula em foco</i>. Campinas: Papirus, 2000.</p>
Unidade 4 – 4.1	<p>LEAL DA SILVA, Rosane. Educação no ciberespaço: a experiência do <i>blog</i> Aprender Direito. In: <i>14ª Jornada Nacional da Educação: a educação na sociedade dos meios virtuais</i>. Santa Maria: UNIFRA, 7-10 out. 2008. Disponível em: http://www.unifra.br/eventos/jne2008/Trabalhos/12.pdf</p> <p>_____. Educação no ciberespaço: a experiência do <i>blog</i> Aprender Direito. In: <i>14ª Jornada Nacional da Educação: a educação na sociedade dos meios virtuais</i>. Santa Maria: UNIFRA, 7-10 out. 2008. Disponível em: http://www.unifra.br/eventos/jne2008/Trabalhos/12.pdf</p> <p>MACHADO, Glaucio José Couri. <i>Educação e ciberespaço: estudos, propostas e desafios</i>. Aracaju: Virtus, 2010. Disponível em: http://www.fe.unb.br/catedraunescoead/areas/menu/publicacoes/livros-de-interesse-na-area-de-tics-na-educacao/educacao-e-ciberespaco-estudos-propostas-e-desafios</p> <p>MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. <i>Novas tecnologias e mediação pedagógica</i>. São Paulo: Papirus, 2006.</p> <p>RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Estratégias didáticas na educação jurídica: alternativas para o processo de ensino-aprendizagem nos cursos de Direito. In: LIMA, Gretha Leite Maia Correia; TEIXEIRA, Zaneir Gonçalves. <i>Ensino jurídico: os desafios da compreensão do Direito</i>. Fortaleza: Faculdade Christus, 2012. p. 323-354.</p>
Unidade 4 – 4.2	<p>BRESSAN, Luiza Liene; MENDES, MariolyOze. O cinema como ferramenta no ensino da argumentação. <i>Ponto de Vista Jurídico</i>, UNIARP, a. 1, v. 1, 2012, p. 106-116. Disponível em: http://www.uniarp.edu.br/periodicos/index.php/juridico/article/view/51</p> <p>CARVALHO, Valeria de Sousa; COSTA, Rodrigo Vieira. O cinema como ferramenta do ensino jurídico. In: <i>VI ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura</i>. Salvador: UFBA/FaCom, 25-27 maio 2010. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/wordpress/24760.pdf</p> <p>DWORKIN, Ronald. De que maneira o Direito se assemelha à Literatura. In: DWORKIN, Ronald. <i>Uma questão de princípio</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 217-249.</p> <p>FACHIN, Melina Girardi; CORRÊA, Rafael. <i>Direito & literatura: o discurso literário como proposta pedagógica do saber jurídico</i>. Disponível em: http://www.galvaedamasceno.com.br/esp-es/Uploads/2.pdf</p> <p>JUNQUEIRA, Eliane Botelho. <i>Literatura e Direito: uma outra leitura do mundo das leis</i>. Rio de Janeiro: Letra Capital, 1998.</p> <p>KOTZIAS, Patrícia. A contribuição da literatura no ensino jurídico. <i>Cadernos de Direito</i>, Piracicaba, v. 13, n. 25, jul./dez. 2013, p. 83-102. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/direito/article/view/1809/1196</p> <p>LIMA, Alexandre Costa. Direito e Cinema: a dialética da Ética e da Arte. <i>Revista da Faculdade de Direito de Caruaru/Asces</i>, v. 42, n. 1, 2010. p. Disponível em: http://www.asces.edu.br/publicacoes/revistadireito/edicoes/2010-1/direito_e_arte.pdf</p> <p>MODRO, Nielson Ribeiro. <i>O mundo jurídico no cinema</i>. Blumenau: Nova Letra, 2009. Disponível em: http://www.modro.com.br/cinema/Livros/Mundo%20Jur%C3%ADico.pdf</p> <p>_____. <i>Artigos esparsos</i>. Blumenau: Nova Letra, 2010. Disponível em: http://www.modro.com.br/cinema/Livros/ArtigosEsparsos.pdf</p> <p>_____. <i>Cineducação 2</i>. Joinville: UNIVILLE, 2006. Disponível em: http://www.modro.com.br/cinema/Livros/cineducao2.pdf</p> <p>_____. <i>Nas entrelinhas do cinema</i>. Joinville: UNIVILLE, 2008. Disponível em:</p>

	<p>http://www.modro.com.br/cinema/Livros/LVentrelinhas.pdf</p> <p>MODRO, Nielson Ribeiro; KIELWAGEN, Paulo. <i>Cineducação em quadrinhos</i>. Joinville: UNIVILLE, 2008. Disponível em: http://www.modro.com.br/cinema/Livros/quadrinhos.pdf</p> <p>OST, François. El reflejo del derecho en la literatura. <i>Doxa – Cuadernos de Filosofía del Derecho</i>. Alicante, Marcial Pons, n. 29, 2006, p. 333-348. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra/el-reflejo-del-derecho-en-la-literatura-0/</p> <p>PINHO, Ana Carla de Oliveira Mello Costa; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. O cinema como prática didático-pedagógica no ensino jurídico. <i>Revista Pedagógica</i>, UNOCHAPECÓ, a. 17, n. 30, v. 1, jan./jun. 2013, p. 561-594. Disponível em: http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/viewFile/1581/886</p> <p>SILVA, Ivanda Maria Martins. Literatura em sala de aula: da teoria literária à prática escolar. PPGL/UFPE, <i>Anais do Evento PG Letras 30 Anos</i>, v. 1, n. 1, p. 514-527, 2006. Disponível em: http://www.pqletras.com.br/Anais-30-Anos/Docs/Artigos/5.%20Melhores%20teses%20e%20disserta%C3%A7%C3%B5es/5.2_Ivanda.pdf</p>
Unidade 4 – 4.3	<p>ANPAD - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração. <i>Orientação para elaboração de casos para ensino</i>. 2012. Disponível em: http://www.anpad.org.br/Normas_Casos_para_Ensino_2012.pdf. Acesso em 4 maio 2014.</p> <p>GHIRARDI, José Garcez; VANZELLA, Rafael Domingos Faiardo (org.). <i>Ensino jurídico participativo: construção de programas, experiências didáticas</i>. São Paulo: Saraiva, Direito GV; 2008.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. Elaboração de casos para o ensino da administração. <i>Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão</i>, Fortaleza, v. 2, n. 2, p.06-17, dez. 2004. Disponível em: www.spell.org.br/documentos/download/21236</p> <p>GRAHAM, Andrew. <i>Como escrever e usar estudos de caso para ensino e aprendizagem no setor público</i>. Brasília: ENAP, 2010. Disponível em: http://www.enap.gov.br/images/livro_andrew_graham.pdf</p> <p>LAPA, Fernanda Brandão. <i>Clínica de Direitos Humanos: uma proposta metodológica para a educação jurídica no Brasil</i>. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.</p> <p>MACHADO, Ana Mara França; ALVES, Rafael Francisco. <i>Programas de clínicas nas escolas de Direito de universidades norte-americanas</i>. São Paulo: FGV, set. 2006. (Cadernos Direito GV, v. 2, n. 5). Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2824</p> <p>MENEZES, Maria Arlinda de Assis. Do método do caso ao case: a trajetória de uma ferramenta pedagógica. <i>Educação e Pesquisa</i>, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 129-143. Jan./abr. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n1/a09v35n1.pdf</p> <p>RAMOS, Luciana de Oliveira; SCHORSCHER, Vivian Cristina. Método do Caso. In: GHIRARDI, José Garcez. (org.). <i>Métodos de Ensino em Direito: conceitos para um debate</i>. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 49-60.</p> <p>RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Estratégias didáticas na educação jurídica: alternativas para o processo de ensino-aprendizagem nos cursos de Direito. In: LIMA, Gretha Leite Maia Correia; TEIXEIRA, Zaneir Gonçalves. <i>Ensino jurídico: os desafios da compreensão do Direito</i>. Fortaleza: Faculdade Christus, 2012. p. 323-354.</p> <p>ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Notas sobre a construção de casos para ensino. <i>Revista de Administração Contemporânea</i>. [online]. 2007, vol.11, n.2, pp. 213-234 Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rac/v11n2/a12v11n2.pdf</p> <p>_____. Como narrar um caso para ensino. GV Casos - Rev. Bras. de Casos de Ensino em Administração, 2011. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvcasos/article/download/3710/2328. Acesso em 4 maio 2015.</p> <p>SILVA, Everton Rodrigues da; MARINHO, Yan. <i>Caso de ensino: o que é e como ele pode auxiliar o ensino da Administração no Brasil</i>. IX SEGeT, 2012. Disponível em: http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/21316352.pdf. Acesso em 4 maio 2015.</p> <p>TAGLIAVINI, João Virgílio. <i>Aprender e ensinar direito: para além do direito que se ensina errado</i>. São Carlos: Edição do Autor, 2013. Disponível em: http://www.educardireito.com.br/</p> <p>THOMAS, Gary; PRING, Richard. <i>Educação baseada em evidências: a utilização dos achados científicos para a qualificação da prática pedagógica</i>. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>ZITSCHER, Harriet Christiane. <i>Metodologia do ensino jurídico com casos – teoria & prática</i>. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.</p>
Unidade 4 – 4.4	<p>ALBANESE, Mark A.; MITCHELL, Susan. Problem-based learning: a review or literature on its outcomes and implementation issues. <i>Academic Medicine</i>, v. 68, n. 1, jan. 1993, p. 52-81.</p> <p>ARGÜIS, Ricardo et al. <i>Tutoria: com a palavra, o aluno</i>. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>BERBEL, Neusi Aparecida Navas. Metodologia da problematização: uma alternativa metodológica apropriada para o ensino superior. <i>Semina: Ciências Sociais e Humanas</i>, Londrina, UEL, v. 16., n. 2, Ed. Especial, out. 1995, p. 9-19. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/9458/8240</p> <p>_____. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? <i>Interface — Comunicação, Saúde, Educação</i>, Londrina, UEL, v.2, n.2, fev. 1998, p. 139-154. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/icse/v2n2/08</p> <p>CARLINI, Angélica Lucía. <i>Aprendizagem baseada e problemas aplicada ao ensino de Direito: projeto exploratório na área de relações de consumo</i>. São Paulo: PUC-SP, 2006. [Tese de Doutorado em Educação]. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4118</p> <p>CYRINO, Eliana Goldfarb; TORALLES-PEREIRA, Maria Lúcia. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. <i>Cad. Saúde Pública</i>, Rio de Janeiro, n. 20, v. 3, mai-jun, 2004, p. 780-788.</p>

	<p>Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n3/15</p> <p>DURAN, David; VIDAL, Vinyet. <i>Tutoria: aprendizagem entre iguais</i>. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. RIBEIRO, Luis Roberto de Camargo. <i>Aprendendo com PBL – Aprendizagem Baseada em Problemas: Relato de uma experiência em cursos de Engenharia da EESC-USP</i>, 2013. Disponível em: http://educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/observatorio/Teste/PBL_Filho_Ribeiro.pdf</p> <p>MAMEDE, Sílvia; PENAFORTE, Júlio (org.). <i>Aprendizagem baseada em problemas: anatomia de uma nova abordagem educacional</i>. São Paulo: Hucitec; Fortaleza: ESP; HUCITEC, 2001.</p> <p>PEREIRA, Thomas Henrique Junqueira de Andrade. Problem-Based Learning (PBL). In: GHIRADI, José Garcez. (org.). <i>Métodos de Ensino em Direito: conceitos para um debate</i>. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 61-71.</p> <p>RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Popper e o processo de ensino-aprendizagem pela resolução de problemas. <i>Revista Direito GV</i>, São Paulo, FGV, v. 6, n.1, jan.-jun. 2010, p. 39-57. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322010000100003</p> <p>SEBASTIANY, Giana Diesel; BASTOS, Marília Dornelles. <i>Curso de Medicina da UNISC: a aprendizagem baseada em problemas (ABP)</i>. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.</p>
<h2>VI – AVALIAÇÃO</h2>	
<p>Instrumentos de avaliação</p>	<p>1 Paper:</p> <p>Haverá durante a disciplina a elaboração individual de um <i>paper</i> que terá por objeto um dos pontos do conteúdo constante do plano de ensino. O texto deverá demonstrar conhecimento e domínio dos conteúdos e fontes trabalhados durante o respectivo trimestre letivo. Alternativamente pode ser elaborado um caso ou quatro problemas de ensino.</p> <p><i>Opaper</i> (ou o trabalho alternativo) deverá ser entregue em data a ser definida pela professora.</p> <p>2 Seminários:</p> <p>Haverá durante a disciplina um total de 9 (nove) seminários, apresentados pelos alunos conforme distribuição e cronograma enviados previamente. Todos os seminários serão precedidos de uma reunião preparatória entre os alunos responsáveis e o professor da disciplina. O tempo destinado à parte expositiva do seminário é de 30 (trinta) minutos.</p> <p>Os demais alunos lerão os textos de referência indicados e elaborarão, para ser apresentada e discutida, uma questão que envolva os conteúdos do respectivo seminário.</p> <p>Em casa seminário serão indicados um coordenador, encarregado de administrar os debates e a distribuição da palavra, e um relator, encarregado de anotar e sistematizar o conteúdo apresentado e os debates realizados.</p> <p>Para fins da avaliação final da disciplina o peso dos seminários na composição do conceito final será equivalente a 20%. Os elementos considerados na avaliação serão: domínio do tema; postura, didática e qualidade da comunicação com o grande grupo; distribuição do tempo; criatividade.</p> <p>3 Consolidado:</p> <p>Haverá a elaboração de um consolidado do conteúdo trabalhado em cada uma das aulas, a ser explanado no final da aula. No início de cada aula ocorrerá a indicação de um ou mais alunos encarregados de redigirem um consolidado da aula pontuando os principais pontos debatidos e as principais conclusões.</p> <p>Para fins da avaliação final da disciplina o peso dos consolidados na composição do conceito final será equivalente a 10%. Os elementos considerados na avaliação serão: capacidade de síntese; fidelidade do relatório com o conteúdo dos debates e suas conclusões; postura, didática e qualidade da comunicação com o grande grupo.</p> <p>4 Participação e frequência:</p> <p>Haverá o acompanhamento da participação dos alunos nas aulas (seminários, trabalhos em grupo e mesas redondas), incluída a frequência.</p> <p>Cada aluno, além de ler os textos indicados, elaborará, para cada Seminário, uma questão que envolva os conteúdos estudados na respectiva aula, para ser apresentada e discutida.</p> <p>Para fins da avaliação final da disciplina o peso da participação na composição do conceito final será equivalente a 20%. Os elementos considerados na avaliação serão: presença e postura; forma de utilização do tempo; domínio dos conteúdos, da literatura indicada e de informações complementares; qualidade das questões elaboradas e das participações; contribuição para o debate; respostas dadas em eventuais arguições individuais realizadas pelo professor.</p>
<p>Critérios para aprovação</p>	<p>Tendo em vista o que dispõe o Regimento de Pós-graduação da UFSC e a legislação federal em vigor, apenas obterá aprovação o aluno que:</p> <p>(a) obtiver conceito final “A”, “B” ou “C”, decorrente das avaliações regulares da disciplina, na forma estabelecida neste plano de ensino; e</p> <p>(b) comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas.</p> <p>No cálculo do conceito final será atribuída nota 0 (zero), no item específico e dentro do peso previsto neste plano de ensino, ao aluno que não comparecer às atividades sob sua responsabilidade ou não apresentar os trabalhos na forma solicitada e nos prazos estabelecidos.</p>
<p>Conceito I</p>	<p>Será consignado conceito “I” ao aluno que, tendo demonstrado aproveitamento, houver deixado, por motivos plenamente justificados, de apresentar trabalhos exigidos no plano de ensino. Nessa hipótese, exigirá-se a realização de tarefa especial, que deverá ser cumprida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação oficial dos conceitos. A não entrega dessa tarefa implicará a reprovação definitiva do aluno, com conceito “E”.</p>